

# COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

1ª Reunião Extraordinária 08 de Fevereiro de 2022 às 11:30 horas no Ambiente Virtual.

**Presidente: Deputado Gilmaci Santos**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de decreto legislativo 22/2020 (Tramitação Urgência)	Deputado Carlos Giannazi	Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá providências correlatas.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável à emenda de Plenário nº 01	
2	Projeto de resolução 4/2021	Deputado Enio Tatto	Cria o "Espaço José Mentor".	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
3	Projeto de lei 723/2016	Deputado Cezinha de Madureira	Prioriza o atendimento às pessoas acometidas de insuficiência renal crônica e às transplantadas nos serviços públicos e privados no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
4	Projeto de lei 129/2017 Juntado o Projeto de lei 64/2020	Deputado João Caraméz	Altera a redação do artigo 14 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável aos PLs 129/2017 e 64/2020	
5	Projeto de lei 1072/2017	Deputado Celso Nascimento	Institui o "Prêmio Cidade Amiga do Idoso" destinado aos Municípios que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visam assegurar um tratamento mais digno às pessoas idosas.	Deputado Adalberto Freitas	favorável ao PL 1072/2017 e ao PL 737/2019	

6	Projeto de lei 756/2019	Deputada Valeria Bolsonaro	Institui o Cadastro Estadual de Pessoas com Deficiência como medida para facilitar a adoção de medidas de apoio por parte do poder público e de providências que busquem melhorar suas condições possibilitando ainda, um atendimento otimizado a esses cidadãos.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
7	Projeto de lei 1087/2019	Deputado Jorge Caruso	Obriga agropecuárias, clínicas veterinárias, "pet shops" e afins do Estado a fixar placa com as informações sobre o crime de maus-tratos, sua respectiva pena e onde denunciar.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
8	Projeto de lei 36/2020	Deputado Rafa Zimbaldi	Proíbe a prática de brigas (rinhas) de animais no âmbito do Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
9	Projeto de lei 269/2020	Deputada Dra. Damaris Moura	Estabelece a Linha de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - LAVIDA, em razão do alarmante aumento dos índices desse tipo de violência no Estado.	Deputado Roberto Engler	favorável	
10	Projeto de lei 314/2020	Deputada Leticia Aguiar	Obriga os hospitais públicos e particulares a notificarem a Polícia Civil sobre a internação de paciente que não possua identificação.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
11	Projeto de lei 245/2021	Deputado Edson Giriboni	Institui o "Selo Investimento Verde".	Deputado Adalberto Freitas	favorável	
12	Processo 3947/2012	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. C.CCM 1612/2012 - TC-2595/026/09 - julgou irregular as contas anuais da Superintendência do Trabalho Artesanal das Comunidades-SUTACO, referente ao exercício de 2009.	Deputado Enio Tatto	propondo PDL que reconhece a decisão do TCE e determina a expedição de ofícios à PGE e ao MP	E.T., E.G.

13	Processo 9015/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. GCRMC 1685/2019 - TC-00633/006/11 - Julgou irregulares o pregão eletrônico e o contrato celebrado entre a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa - SP, Divisão Regional Norte, e a empresa Essencial Sistema de Segurança Ltda.	Deputado Adalberto Freitas	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
14	Processo 1114/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 75/2020 - TC-010766/026/06, TC-010767/026/06, TC-010768/026/06 e TC-010769/026/06 - Julgou irregulares os termos de aditamento celebrados entre o DETRAN e a empresa Cordeiro Lopes e Cia. Ltda. - ME.	Deputado Enio Tatto	que concorda com a decisão do TCE, propõe envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
15	Processo 1453/2020	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 74/2020 - eTC-4011.989.13 e eTC-569.989.14 - Julgou irregulares a Tomada de Preços e o Contrato celebrado entre a Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, e a empresa 3A Multimídia e Sistemas Ltda., bem como parcialmente procedente a Representação proposta por AATI - Associação das Agências de Turismo de Ilhabela, no que se refere à aglutinação de objetos, ausência de Projeto Básico e Orçamento Detalhado no certame.	Deputado Adalberto Freitas	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
16	Processo 2850/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 354/21 - eTCs 25974, 25801, 25804.989.18, 196, 201, 203 e 7336.989.19 - Julgou irregulares a Dispensa de Licitação e os Contratos dela decorrentes, celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação - Diretora de Ensino - Região Leste 3, e a empresa TEG Serviços de Apoio, Conservação e Limpeza Ltda.	Deputado Enio Tatto	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

17	Processo 4944/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 536/2021 - eTCs 5411.989.14, 924.989.15, 9734.989.15, 1434.989.17, 11907.989.17, 10452.989.18, 18379.989.18, 28.989.19, 6345.989.19 e 8562.989.19 - Julgou irregulares a Concorrência Pública, o Contrato 02/15, e os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º Termos de Aditamento, celebrados entre a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e a empresa CG Construções Ltda.	Deputado Enio Tatto	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
18	Processo 5203/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 515/2021 - eTC-5730.989.19-1, eTC-16597.989.20-1 - Julgou irregulares o termo aditivo e as correspondentes despesas, celebrados entre a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, e a empresa EBSCO Brasil Ltda.	Deputado Adalberto Freitas	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
19	Processo 6465/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER nº 259/2021 - TC-16736.989.16-1, TC-17501.989.16-4 e TC-14201.989.17-5 - Julgou irregulares o Pregão e o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e a empresa Synergye Tecnologia da Informação Ltda.	Deputado Enio Tatto	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos
20	Processo 8679/2021	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 931/2021 - TC-023763/026/13 - Julgou irregulares o pregão eletrônico e o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, e a empresa Centroprojekt do Brasil S/A.	Deputado Adalberto Freitas	que concorda com a decisão do TCE e solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidades, com posterior arquivamento dos autos

# COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

## PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

**1ª Reunião Extraordinária 08 de Fevereiro de 2022 às 11:30 horas no Ambiente Virtual.**

**Presidente: Deputado Gilmaci Santos**

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
21	Moção 67/2020	Deputado Campos Machado	(CONCLUSIVA) Apela ao Sr. Presidente da República no sentido de que sejam adotadas urgentes providências, por meio do Ministério da Economia e de sua Secretaria da Receita Federal, visando à prorrogação do prazo de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, ano base 2019, exercício 2020, por pelo menos 30 (trinta) dias, em razão da quarentena vivida pela população brasileira ante à pandemia do coronavírus.	Deputado Adalberto Freitas	contrário	
22	Moção 85/2020	Deputado Campos Machado	(CONCLUSIVA) Apela para o Sr. Presidente desta Casa de Leis, Deputado Cauê Macris, para que rejeite e, em hipótese alguma, pautar qualquer proposição que contenha proposta de aumento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD ou taxaço sobre os planos PGBL e VGBL.	Deputado Enio Tatto	favorável	

Para Ciência:

- Ofício 183/21 da Câmara de Iracemópolis encaminhando cópia da moção de apelo ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e autoridades do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, pela redução no percentual das alíquotas de ICMS incidentes sobre os combustíveis; gasolina, óleo diesel, gás natural e gás de cozinha, no âmbito da comercialização e do consumo no território de São Paulo.

- Ofício 16/2022 da Secretaria da Fazenda e Planejamento, encaminhando relatório de prestação de contas e balanço dos créditos - Nota Fiscal Paulista, do período de janeiro a abril de 2021.

- Ofício 1/2022 do Gabinete da Presidência do TCE, comunicando que a relatoria das Contas do Governador será o Conselheiro Antonio Roque Citadini.
- Correspondência eletrônica da Câmara de Votuporanga encaminhando cópia da indicação 12/22 solicitando que se promova o congelamento dos valores cobrados de IPVA, excepcionalmente no ano de 2022, nos mesmos moldes do Estado do Mato Grosso.
- Ofícios das Câmaras de Araçoiaba da Serra e Presidente Prudente, encaminhando cópia da Moção 1/21 e 143/18, respectivamente, de Apoio às reivindicações da Comissão 48, que trabalha junto à presidência da Alesp e aos demais parlamentares estaduais em função das novas regras adotadas no Estado de São Paulo em relação aos critérios para isenção de IPVA para as pessoas com deficiência.
- Ofícios da Câmaras de Leme, Santa Lúcia e Santa Gertrudes, encaminhando cópia da Moção 74/21, 19/21 e 52/21, respectivamente, que apelam ao Conselho Nacional de Política Fazendária, CONFAZ, e autoridades dos Poder Legislativo, pela redução no percentual das alíquotas de ICMS incidentes sobre os combustíveis, Gasolina, Óleo Diesel, Gás Natural e Gás de Cozinha, no âmbito da comercialização e do consumo no território de São Paulo.